

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2023 • 13ª edição

Editorial

Caros membros, servidores e demais colaboradores do MPMG,

Em 31 de outubro, tomei posse, perante o Colégio de Procuradores de Justiça, no cargo de corregedor-geral do Ministério Público, em virtude do afastamento do então corregedor-geral para concorrer à reeleição.

Nessa condição, tenho a satisfação de apresentar a 13ª edição do *CGMP Notícias*, informativo que é um dos principais veículos para a divulgação das ações desenvolvidas pela Corregedoria-Geral, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência, que regem a Administração Pública brasileira.

Desde a última edição, foram realizados nove encontros do *Café com a Corregedoria*, mostrando a preocupação da Corregedoria em aproximar-se dos promotores de Justiça em estágio probatório. A preocupação com os membros recém-ingressos é, ainda, objeto do artigo publicado por integrantes da Diretoria de Estágio Probatório (DOCG), da CGMP. Também oriunda da DOCG, a dica de português desta edição busca esclarecer dúvidas acerca da figura do pleonasmo.

Divulgamos ainda orientação proveniente do **PrOF n.º 532/2023**, cujo objeto é dúvida relacionada ao **Aviso Conjunto PGJ CGMP n.º 01/2023**, que trata da questão do encaminhamento, ao controle judicial, de PICs em regime de cooperação com órgãos diversos do MPMG. E também o resultado do **PSP n.º 480/2022**, cuja instauração teve por escopo acompanhar a situação dos procedimentos instaurados há mais de dez anos nas Promotorias de Justiça do estado.

Entre agosto e novembro, a Corregedoria participou de três reuniões do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU), nas quais foram discutidos temas de interesse da instituição, como a atuação ministerial no acolhimento das vítimas de violência, a atenção à saúde mental dos integrantes do MP e a importância da atuação organizada e planificada da instituição.

A Corregedoria esteve presente também em importantes eventos institucionais, como a Semana do MP, durante a qual houve o lançamento do livro que narra a história da CGMP.

No âmbito interinstitucional, ainda destacamos nesta edição do boletim a presença da CGMP no 1º Encontro Nacional de Comitês Judiciais de Atenção às Pessoas em Situação de Rua, sediada pelo TJMG, durante a qual foi assinada a Recomendação Conjunta CGJ CGMP n.º 2/2023, que dispõe sobre a priorização do andamento e julgamento dos processos e procedimentos que tenham por objeto os direitos fundamentais das pessoas em situação de rua, especialmente idosos e pessoas com deficiência.

Além disso, divulgamos o **relatório de gestão da Corregedoria** relativo ao biênio 2022/2023.

Por fim, aproveito a oportunidade para desejar a todos os leitores e suas famílias um Natal repleto de alegria e harmonia e um Ano Novo cheio de saúde, prosperidade e realizações. Que esta época de festas seja um momento de reflexão, gratidão e renovação.

Boas Festas e um próspero Ano Novo!

Mário Drummond da Rocha Corregedor-geral do MPMG



- **Editorial**
- Livro 50 anos CGMP
- Procurador de Justiça Mário Drummond da Rocha assume a CGMP
- **Atos normativos**
- **CGMP** destaca consulta feita sobre Aviso Conjunto PGJ CGMP n.º 01/2023
- Promoção e remoção de promotores de Justiça
- Café com a Corregedoria

- Participação da CGMP em reuniões do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais
- Correições e Inspeções 2024
- Agenda eventos institucionais
- Artigo Autores pautam o Programa de Individualização do Estágio Probatório dos Promotores de Justiça
- Dicas de Português Pleonasmo, formas poética e viciosa e ocorrência na linguagem jurídica
- Transparência Corregedoria em números



Livro 50 anos CGMP

No dia 13 de setembro, ocorreu o lançamento da edição digital do livro CGMP 50 anos - uma história em construção. Durante o evento, o corregedorgeral, Marco Antonio Lopes de Almeida, disse que "a história da Corregedoria-Geral é uma parte extremamente importante da história do

próprio Ministério Público de Minas Gerais, pois ela é guardiã de acervo inestimável sobre os seus membros, atos normativos e de orientação funcional. De modo que é impossível escrever a história da instituição sem incontáveis interseções com a história do seu órgão correcional".

MMINISTÉRIO

Clique na imagem da capa para acessar a publicação CGMP 50 ANOS uma história em construção



Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho, promotor de justiça, assessor da CGMP e coordenador-geral da obra; Élida de Freitas Resende, procuradora de Justiça e diretora do Ceaf; Marco Antonio Lopes de Almeida, corregedor-geral; Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de Justiça; Nádia Estela Ferreira Mateus, promotora de Justiça e ouvidora do MP; Larissa Rodrigues Amaral, promotora de Justiça e presidente da AMMP

A elaboração da obra contou com a participação de membros e servidores da CGMP, atuais e aposentados, de ex-corregedores-gerais, do Memorial do MPMG e da bibliografia sobre a instituição produzida pelo ex-corregedor-geral, Joaquim Cabral Netto.

Durante o lançamento, o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, destacou a importância da Corregedoria-Geral, nesses 50 anos, para o funcionamento da instituição. "Minha experiência e vivência de Ministério Público indicam que a Corregedoria é aquele motor institucional que não pode falhar, não pode exceder, mas também não pode ser leniente. Quando a Corregedoria falha, a instituição padece", destacou.

Antes, como parte das comemorações dos 50 anos da Corregedoria, no dia 7 de julho, houve a outorga da *Medalha Procurador de Justiça Bernardo Mascarenhas Cançado* a ex-corregedores-gerais, membros do MP de Minas e do Brasil e servidores que prestaram relevante colaboração ao órgão. Na ocasião, os procuradores de Justiça Darcy de Souza Filho, Luiz Antônio Sasdelli Prudente e Ruth Lies Scholte Carvalho, justificadamente, não puderam comparecer à cerimônia. Eles receberam a homenagem na 8ª sessão ordinária da Câmara de Procuradores de Justiça, em 9 de agosto de 2023.









Ao centro, os agraciados Ruth Lies Scholte Carvalho, Luiz Antônio Sasdelli Prudente e Darcy de Souza Filho. No alto (da esquerda para a direita) os procuradores de Justiça Oliveira Salgado de Paiva, Arnaldo Alves Soares, Iraídes de Oliveira Marques, Reyvani Jabour Ribeiro e Odélio Bento da Silva Jr, integrantes da Câmara de Procuradores de Justiça. De pé (da esquerda para a direita) Euler Antônio Costa, garçom, e Victor de Oliveira Cardoso, assistente de qualidade.

Em 11 de dezembro, finalizando a transmissão da *Medalha Procurador de Justiça Bernardo Mascarenhas Cançado*, a Corregedoria promoveu a entrega da honraria ao ex-Corregedor Nacional, Cláudio Henrique Portella do Rego, que esteve impossibilitado de comparecer à cerimônia de 7 de julho. Essa entrega ocorreu por ocasião da solenidade, promovida pela Corregedoria Nacional, de premiação e homenagem a iniciativas, instituições e pessoas que se destacaram na promoção da resolutividade no Ministério Público brasileiro. Estiveram presentes, entre outras autoridades, o Corregedor-Geral do MPMG, Mário Drummond da Rocha, o ex-Corregedor-Geral, Paulo Roberto Moreira Cançado, e o Corregedor-Geral reeleito para a gestão 2024/2025, Marco Antonio Lopes de Almeida.



Procurador de Justiça Mário Drummond da Rocha assume a CGMP



Em 31 de outubro, o subcorregedor-geral mais antigo na instância, Mário Drummond da Rocha, assumiu interinamente o cargo de corregedorgeral, tendo em vista o afastamento do titular, Marco Antonio Lopes de Almeida, para concorrer à reeleição.

Durante a solenidade de posse, Marco Antônio entregou ao procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, presidente da Câmara de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, e ao empossando, Mário Drummond da Rocha, o Relatório de Gestão 2022/2023 da CGMP.

Marco Antonio destacou a importância do trabalho realizado em equipe e mencionou as principais atividades desenvolvidas pela CGMP durante sua gestão, como os projetos que envolveram a busca pela eficiência, a aproximação comunitária, a transparência, a integridade e o incentivo às práticas de resolução de conflitos.

Já o novo corregedor-geral, Mário Drummond da Rocha, após ler o Termo de Compromisso e assinar o Termo de Posse e Exercício, lembrou que, durante seus 39 anos na instituição, serviu à Corregedoria-Geral em diversas ocasiões. Em 1991, integrou a equipe de assessores do então corregedor-geral, Euler Luiz de Castro.



Marco Antonio Lopes de Almeida afastou-se para concorrer a novo mandato (biênio 2024/2025) como chefe da Corregedoria-Geral. A eleição foi realizada em 11 de dezembro deste ano.



O procurador de Justiça e subcorregedor-geral decano do MPMG, Mário Drummond da Rocha, em 31 de outubro, assumiu interinamente o cargo de corregedor-geral da instituição

Como procurador de Justiça, assumiu o cargo de subcorregedor-geral nas gestões de Joaquim Cabral Netto, Márcio Heli de Andrade, Manoel Divino de Siqueira, Antônio de Pádova Marchi Júnior, Luiz Antônio Sasdelli Prudente, Paulo Roberto Moreira Cançado, Luciano França da Silveira Júnior e Marco Antonio Lopes de Almeida.

Mário Drummond destacou o trabalho de Marco Antonio Lopes de Almeida à frente da Corregedoria nesses dois últimos anos, marcado pelo cinquentenário da CGMP. Ressaltou também a competência e a responsabilidade dos atuais assessores e subcorregedores, com quem irá trabalhar até a posse do novo corregedor-geral.





Reunião administrativa

Em 31 de outubro, antes de transmitir o cargo, Marco Antonio se reuniu com sua equipe de subcorregedores, assessores e servidores para agradecer o empenho e o compromisso de todos ao longo do biênio 2022/2023.





Comprometido com a transparência, ele realizou a prestação de contas do seu mandato. Na ocasião, Marco Antonio realçou o cinquentenário da CGMP, o que permitiu o lançamento de importantes projetos, como a Medalha Procurador de Justiça Bernardo Mascarenhas Cançado e o livro digital intitulado *CGMP 50 ANOS: uma história em construção*.

Também destacou importantes atos normativos que tiveram a participação da CGMP, como a atualização dos regulamentos disciplinares envolvendo membros e servidores, a disciplina do estágio probatório, a reestruturação das unidades administrativas da CGMP, o regulamento do Procedimento de Vitaliciamento na Carreira dos Promotores de Justiça em estágio probatório, entre outros.

Segundo Marco Antonio, sua gestão buscou a eficiência da atuação, a aproximação comunitária, a transparência, a integridade e o incentivo a práticas resolutivas, tanto por parte dos membros da instituição quanto da própria CGMP. Por fim, comprometeu-se com a continuidade dessa linha de atuação na sua segunda gestão, que terá início em 18 de dezembro, uma vez que concorre à reeleição como candidato único.



Atos normativos

Entre os atos normativos editados pela CGMP, individualmente ou em conjunto com órgãos internos e externos, após a última edição do *CGMP Notícias*, destaca-se a <u>Recomendação Conjunta CGMP CGJ n.º 02/2023</u>, que tem por preocupação as pessoas em situação de rua, especialmente idosos e pessoas com deficiência. Nesse sentido, recomenda-se a priorização do andamento e julgamento de processos e procedimentos que envolvam direitos relacionados a esse grupo, além da adoção de medidas voltadas à superação da situação de vulnerabilidade social extrema e a responsabilização civil, criminal e administrativa dos violadores dos direitos dessas pessoas.

Já o <u>Aviso CGMP n.º 05/2023</u> incentiva a participação dos promotores de Justiça na campanha de multivacinação dos municípios, por meio de registro de elogio em ficha funcional. Finalmente, destaca-se, nesta edição do boletim, a <u>Portaria Conjunta TJMG CGJ PGJ CGMP n.º 44/2023</u>, que trata da distribuição, no âmbito da Justiça de primeira instância do TJMG, de procedimentos investigatórios criminais instaurados pelo MPMG para fins de controle judicial.

Ato	Ementa
Instrução Normativa CGMP n.º 3, de 28/08/23	Estabelece diretrizes para a catalogação e a organização do acervo da Corregedoria-Geral, visando à preservação de sua trajetória histórica e institucional.
Resolução Conjunta PGJ CGMP n.º 4, de 1º/09/23	Regulamenta o Procedimento de Apoio à Atividade Fim (PAAF), no âmbito do Ministério Público de Minas Gerais.
Aviso CGMP n.° 5, de 3/10/23	Dispõe sobre a apreciação meritória pela Corregedoria-Geral acerca da participação efetiva dos membros do MPMG no Projeto "#Boravacinar: Incentivo às ações nos municípios mineiros".
Aviso Conjunto PGJ CGMP n.º 1, de 3/10/23	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para implementação do controle judicial das investigações criminais presididas pelo Ministério Público, perante a Justiça Criminal Estadual comum de 1ª Instância, em cumprimento à determinação do Supremo Tribunal Federal.
Aviso Conjunto PGJ CGMP n.º 2, de 11/10/23	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para implementação do controle judicial das investigações criminais presididas pelo Ministério Público, perante a Justiça Militar Estadual, em cumprimento à determinação do Supremo Tribunal Federal.
	continua



ATOS NORMATIVOS (continuação)

Ato	Ementa
Resolução Conjunta PGJ CGMP n.º 5, de 18/10/23	Dispõe sobre o cômputo dos prazos nos sistemas finalísticos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para os procedimentos extrajudiciais cíveis e criminais e para os inquéritos policiais e os procedimentos de investigação criminal conclusos ao Ministério Público.
Recomendação Conjunta CGJ CGMP n.º 2, de 27/10/23	Recomenda a priorização do andamento e do julgamento dos processos e dos procedimentos que tenham como objeto a efetivação e a garantia dos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua, em especial idosos e pessoas com deficiência, bem como a adoção de medidas para superação da situação de vulnerabilidade social extrema e a responsabilização civil, criminal e administrativa dos violadores dos direitos das pessoas em situação de rua.
Portaria Conjunta TJMG CGJ PGJ CGMP n.º 44, de 30/10/23	Dispõe sobre a distribuição de Procedimento Investigatório Criminal do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no âmbito da Justiça de Primeira Instância do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Aviso CGMP n.º 6, de 7/11/23	Dispõe sobre o envio de informações sobre fiscalização em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e Instituição de Acolhimento Residencial ou Internação de Pessoas com Deficiência (IAPD).
Aviso Conjunto PGJ CGMP n.º 3, de 12/12/23	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nas investigações criminais presididas pelo Ministério Público, para fins de controle judicial perante a Justiça Criminal Estadual comum de 1.ª Instância.

CGMP destaca consulta feita sobre Aviso Conjunto **PGJ CGMP n.º 1/2023**

Nesta edição, a CGMP destaca o PrOF n.º 532/2023, originado de uma consulta da comarca de Mariana decorrente do Aviso Conjunto PGJ CGMP n.º 1/2023, que trata do cumprimento de ordem do STF para encaminhamento, ao controle judicial, de PICs "que estão em regime de cooperação com órgãos diversos do MP, como ocorre com o GEPP e Gaeco". Na consulta, é indagado "qual o órgão responsável pela distribuição do feito investigativo, o órgão de origem ou o órgão em cooperação e que, na prática, está em poder dos autos (físicos ou eletrônicos)." - o de origem ou o em cooperação.

A CGMP entende que a responsabilidade (não se fala aqui de atribuição) pelo cumprimento da determinação de remessa dos PICs, para que se permita o controle judicial das investigações criminais do MP, remanesce com o promotor natural, devendo este (como titular e responsável natural pela investigação), combinar com os órgãos de apoio meios de otimizar o seu cumprimento em tempo hábil. Inclusive porque a remessa será dada ao juízo competente, ou seja, ao da localidade coincidente, presumese (ao menos como regra), com a unidade de titularidade do promotor natural responsável pela investigação.

Atos normativos relacionados:

Aviso Conjunto PGJ CGMP n.º 2/2023 e Portaria Conjunta TJMG CGJ PGJ CGMP n.º 44/2023.

Para conhecer outros assuntos consultados e os respectivos entendimentos da Corregedoria, acesse o Vade Mecum da CGMP.



Promoção e remoção de promotores de Justiça

Em 8 de novembro, o Corregedor-Geral, Mário Drummond da Rocha, recebeu em seu gabinete, para conferir posse, em conformidade com o previsto no Ato CGMP n.º 1/2023, seis promotores de Justiça movimentados na carreira, com fundamento no art. 18, XIII, da Lei Complementar n.º 34/1994. Foram eles: Fernanda Couto Garcia, Luciano Luz Badini

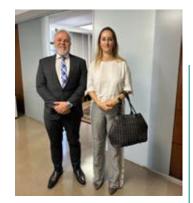
Martins, Paulo César Vicente de Lima, Rodrigo Alberto Azevedo Couto, Sílvia Letícia Bernardes Mariosi Amaral e William Garcia Pinto Coelho. O Corregedor-Geral, na oportunidade, expressou a todos os promotores de Justiça sua manifestação de apreço e desejo de êxito nas funções.



Paulo César Vicente de Lima, Luciano Luz Badini Martins, Mário Drummond da Rocha, Sílvia Letícia Bernardes Mariosi Amaral e Rodrigo Alberto Azevedo Couto



Mário Drummond da Rocha e William Garcia Pinto Coelho



Mário Drummond da Rocha e Fernanda Couto Garcia



Café com a Corregedoria

Dando continuidade à edição 2023 do Café com a Corregedoria, iniciativa que tem por objetivo aproximar o órgão dos promotores de Justiça em estágio probatório, parte integrante do programa individualizado de acompanhamento, a CGMP realizou, mediante convite, no período de 19 de julho a 22 de novembro, encontros com membros dos 58° e 59° concursos de ingresso na carreira do MPMG.

Em 19 de julho, o promotor de Justiça Lucas Cesar Dias Barreto Ambrósio, do 58º concurso, se reuniu com o corregedor-geral, Marco Antonio Lopes de Almeida, com o subcorregedor José Ronald Vasconcelos de Albergaria e com os assessores da CGMP Manoel Luiz Ferreira de Andrade e Rodrigo Iennaco de Moraes. Como convidada, participou a procuradora de Justiça Célia Beatriz Gomes dos Santos.



Em 17 de agosto, foi a vez do promotor de Justiça Gabriel Vianna de Castro, do 58º concurso, conversar com o corregedor-geral e com outros integrantes da CGMP. O procurador de Justiça Carlos Augusto Canedo Gonçalves da Silva foi o convidado externo para participar do encontro.



Em 31 de agosto, o promotor de Justiça Frederico Tavares de Lanna Machado, do 58º concurso, encontrou-se com o subcorregedor José Ronald de Albergaria e com os assessores Manoel Luiz Ferreira de Andrade e Roberto Heleno de Castro Junior.



Já em 22 de setembro, o encontro foi com a promotora de Justiça Úrsula Oliveira da Cunha, do 59° concurso. A conversa contou com o subcorregedor José Ronald Vasconcelos de Albergaria e com os assessores Manoel Luiz Ferreira de Andrade e Rodrigo Iennaco de Moraes.



Em 3 de outubro, o participante foi o promotor de Justiça Henrique Magalhães Filogonio, do 59° concurso, que conversou com integrantes da CGMP. O procurador de Justiça Leonel Cavanellas foi o convidado externo.



No dia 19 de outubro, o convidado foi o promotor de Justiça Fábio Pereira, do 59° concurso, que se encontrou com o subcorregedor José Ronald Vasconcelos de Albergaria e com os assessores Manoel Luiz Ferreira de Andrade e Rodrigo Iennaco de Moraes. O encontro foi realizado de forma presencial, nas instalações do gabinete do corregedor-geral.



Em 31 de outubro, o convidado foi o promotor de Justiça Breno Alexei Rodrigues de Oliveira, do 59° concurso, a sentar-se à mesa com o corregedor-geral, Marco Antonio Lopes de Almeida, e com os assessores Manoel Luiz Ferreira de Andrade e Roberto Heleno de Castro Júnior. Como convidados externos, participaram o procurador de Justiça Nelson Faraco de Freitas e o promotor de Justiça Fábio Barros de Matos, respectivamente corregedor-geral e chefe de gabinete da Corregedoria-Geral do MPDFT.



No dia 14 de novembro, a promotora de Justiça Carla Feitosa de Paula Dias, do 59° concurso, foi a convidada a participar do *Café com a CGMP*, com o corregedor-geral, Mário Drummond da Rocha, e com os assessores Manoel Luiz Ferreira de Andrade e Rodrigo Iennaco de Moraes.



Em 22 de novembro, o convidado foi o promotor de Justiça Bernardo Sanguinetti da Cunha Rosa, do 59° concurso, a conversar com o corregedorgeral, Mário Drummond da Rocha, e com assessores da CGMP. O procurador de Justiça Luiz Fernando Dalle Varela foi o convidado externo.





CGMP participa de três reuniões do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais

Entre agosto e novembro, a CGMP participou de três reuniões do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU). Entre 7 e 9 de agosto, em Brasília, ocorreu a 134ª reunião, oportunidade em que se iniciou o Movimento Nacional em Defesa das Vítimas. No evento, o conselheiro do CNMP Jayme Martins de Oliveira Neto realizou a palestra *Contribuição do Conselho Nacional do Ministério Público para a garantia do Direito Fundamental à Saúde*.

Durante a palestra, ele enfatizou a importância do Pacto Nacional pela Consciência Vacinal – com o compromisso dos participantes de aderirem a essa iniciativa – e da **Resolução CNMP n.º 265/2023**, que instituiu a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos Integrantes do Ministério Público Brasileiro.

Já o conselheiro do CNMP Jaime de Cássio Miranda abordou o tema *Reflexões práticas* e deontológicas sobre o Código de Ética do Ministério Público brasileiro (Resolução CNMP n.º 261/2023). Ele também divulgou o programa *Segurança Pública em Foco*, que discute a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.

Outro tema discutido foi o uso da inteligência artificial nas atividades ministeriais. Além disso, o subprocurador-geral de Justiça Militar e coordenador do Movimento Nacional em Defesa das Vítimas, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, solicitou às Corregedorias-Gerais a divulgação da Recomendação n.º 05/2023, emitida pela Corregedoria Nacional, a qual trata da adoção de medidas destinadas à garantia da atuação ministerial no acolhimento das vítimas de violência e à supressão da revitimização no âmbito institucional.



Já a 135ª Reunião do CNCGMPEU ocorreu entre 5 e 6 de outubro, no Amapá. O encontro teve como principal objetivo o compartilhamento de experiências e a discussão de alternativas para o aprimoramento das atividades correcionais, visando à melhoria da qualidade da prestação jurisdicional. A procuradora de Justiça do MPAP Ivana Cei palestrou sobre A Importância da atuação organizada e planificada do Ministério Público brasileiro no contexto atual. Um dos pontos também discutidos foi a conduta ética e responsável do membro do MP no exercício de sua função. A procuradora de Justiça ressaltou a importância das Corregedorias-Gerais nesse aprimoramento e também destacou alguns temas como ruptura de paradigmas, resgate da credibilidade institucional e opinião da sociedade.



135ª reunião do CNCGMPEU, no Amapá



136ª Reunião do CNCGMPEU, realizada em Salvador, 8 de novembro, com participação do então corregedor-geral, Mário Drummond da Rocha, (ao centro) e do corregedor-geral adjunto, Mauro Flávio Ferreira Brandão

E no dia 8 de novembro, em Salvador, ocorreu a 136ª Reunião do CNCGMPEU. O evento teve a participação do corregedor-geral, Mário Drummond da Rocha, e do corregedor-geral adjunto, Mauro Flávio Ferreira Brandão.

No encontro, o promotor de Justiça da Bahia Luciano Taques Ghignone falou sobre o tema Semanas de Conciliação e Temas de Patrimônio Público, em que expôs a experiência do MPBA a respeito do assunto. Em seguida, ficou decidido que a proposta de resolução, confeccionada pelo MPBA, sobre a adoção da resolução consensual no âmbito do patrimônio público, a ser levada ao CNMP, será disponibilizada às demais unidades do MP brasileiro.



Correições e Inspeções 2024

A Corregedoria-Geral publicou, em 27 de outubro de 2023, a relação de unidades e de promotores de Justiça a serem submetidos, em 2024, a correições ordinárias, que seguirão estritamente as diretrizes estabelecidas no Ato CGMP n.º 1 vigente à época da correição.

Para garantir transparência e eficácia, o promotor de Justiça responsável pela unidade a ser correcionada receberá, com no mínimo 30 dias de antecedência à data marcada para a entrevista pessoal, virtual ou presencial, e-mail com instruções detalhadas para o preenchimento do Termo de Correição.

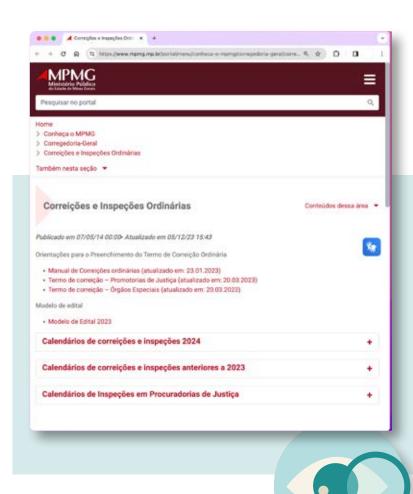
Esse termo deve ser acessado da seguinte forma: Intranet> Sistemas MP> Sistemas Corporativos> SISCOR> Correições Ordinárias. Além disso, é fundamental ficar atento ao prazo para liberar o termo virtual à equipe responsável pelos trabalhos correcionais, após tê-lo preenchido com as informações, peças e documentos necessários, tudo em estrita conformidade com o estabelecido no Ato CGMP n.º 1 vigente na época da correição, bem como em relação à data e ao horário de sua entrevista.

É imprescindível que as informações sejam lançadas de forma precisa e que aquelas prépreenchidas sejam devidamente validadas.

Adicionalmente às correições ordinárias, a Corregedoria-Geral publicou a portaria que estabelece as inspeções ordinárias a serem realizadas nos procuradores de Justiça em 2024. O procedimento seguirá as diretrizes supracitadas, sobretudo no que tange ao envio da comunicação com as instruções relativas ao preenchimento do Termo de Inspeção.

A Corregedoria-Geral reafirma seu compromisso com a transparência e com a eficiência para assegurar que todos os processos de correição e de inspeção sejam conduzidos de acordo com as normas estabelecidas.

Clique na imagem e veja as unidades e os membros incluídos nos calendários de 2024.





Pacto Nacional pela Consciência Vacinal

O corregedor-geral, Marco Antonio Lopes de Almeida, reuniu-se, em 20 de setembro, com os coordenadores Luciano Moreira de Oliveira, do CAO-Saúde, e Ana Carolina Zambom, do Caoeduc, que apresentaram um projeto para estimular a adesão dos promotores de Justiça ao trabalho de ampliação da cobertura vacinal através de iniciativas como reuniões com autoridades locais, palestras em escolas e centros de saúde.

Em virtude disso, foi publicado o <u>Aviso CGMP</u> <u>n.º 5/2023</u>, por meio do qual a Corregedoria informou que a participação efetiva dos promotores de Justiça no Projeto #Boravacinar: incentivo às ações nos municípios mineiros seria objeto de apreciação meritória pelo órgão,



especialmente para registro de elogio na ficha funcional. Em decorrência disso, até o momento foram informadas à CGMP a realização de 20 iniciativas.

Construire de la company de la





Já o corregedor-geral adjunto, Mauro Flávio Ferreira Brandão, apresentou, durante o 2º Seminário Mineiro de Integridade, o programa Integridade, do MPMG. O evento reuniu instituições públicas para debater a cultura ética e para estimular medidas preventivas contra a corrupção. Em outra oportunidade, durante o lançamento do programa Vamos Nos Cuidar, também do MPMG, ocorrido durante a comemoração do Dia do Servidor, Mauro Flávio falou sobre a iniciativa.







\mathbf{C}

Política de atenção à saúde mental em foco

Em 28 de agosto de 2023, a Corregedoria e a Assessoria Psicossocial se reuniram para discutir, entre outros assuntos, o aumento de licenças médicas por motivos psiguiátricos e o crescimento de reclamações envolvendo a relação de trabalho entre membros e servidores. Na ocasião, foi mencionada a Resolução CNMP n.º 265/2023, que instituiu a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos Integrantes do Ministério Público. Adicionalmente, destacou-se a importância de se promover ampla discussão sobre o tema do assédio, com ênfase no Programa Integridade do MPMG. Foram propostas, ainda, mudanças no curso de ingresso e de vitaliciamento e a participação de equipe multidisciplinar nesses eventos, além da implementação de iniciativas da Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP) voltadas ao desenvolvimento de pessoas.

Posteriormente, em 28 de novembro de 2023, foi dado um importante passo em direção à promoção da saúde mental no MPMG, com a publicação da *Resolução PGJ n.º 55/2023*, que

instituiu a Comissão de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental, com papel fundamental na abordagem de questões psicossociais. Na oportunidade, foi designado membro da Corregedoria para integrar tal grupo de trabalho.

A partir de agora, a CGMP, especialmente durante as correições ordinárias, objetivando identificar eventuais ameaças à saúde mental, solicitará informações detalhadas às unidades correcionadas sobre a incidência de possíveis riscos psicossociais. Caso sejam relatados riscos ou preocupações, a CGMP reportará o caso à Comissão de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental, para análise e tomada de providências. Segundo o corregedor-geral, essa iniciativa demonstra o compromisso claro da instituição em cuidar da saúde mental de todos os integrantes do MPMG, e a integração da Corregedoria nesse processo representa importante passo em direção a um ambiente de trabalho mais saudável e humanizado.



Agenda (SC)

Semana do MP 2023

Em setembro, a Corregedoria-Geral participou da Semana do MP, ocasião em que foram realizadas as palestras Jurisprudência do STJ no crime de tráfico de drogas, proferida pelo ministro do STJ Rogério Schietti Cruz, e Supremo Tribunal Federal no sistema de Justiça, realizada pela ministra do STF Carmem Lúcia. A Corregedoria esteve presente também na outorga da medalha Francisco Lins a personalidades que contribuíram para o desenvolvimento do país e da justiça social e na palestra do ministro do STF Luís Roberto Barroso, que recebeu o Grande Colar do MPMG.



Luís Roberto Barroso, ministro do STF

Na ocasião, o corregedor-nacional do MP, Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto, recebeu das mãos do corregedor-geral, Marco Antonio Lopes de Almeida, e do procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, a medalha comemorativa aos 50 anos da CGMP. A Corregedoria também lançou a edição digital do livro *CGMP 50 anos – uma história em construção*, comemorativo ao seu cinquentenário.





Rogério Schietti Cruz, ministro do STJ



Carmem Lúcia, ministra do STF



Durante a *Semana do MP*, a Corregedoria-Geral ainda concedeu certificados de elogios e notas abonadoras a membros do MPMG, em reconhecimento à implementação de iniciativas alinhadas ao programa *Compondo em Maio*, cujo objetivo é ampliar as práticas autocompositivas no âmbito da instituição, conforme previsto no art. 3º da *Resolução Conjunta PGJ CGMP n.º 3/2023*. Essa ação visa valorizar e estimular continuamente as boas práticas institucionais.

Agenda (SS)

Pessoas em situação de rua

No dia 27 de outubro, o corregedor-geral, Marco Antonio Lopes de Almeida, participou do 1º Encontro Nacional de Comitês Judiciais de Atenção às Pessoas em Situação de Rua. No evento, ocorreu a assinatura da Recomendação Conjunta CGJ CGMP n.º 02/2023. O documento estimula juízes e promotores de Justiça a adotarem ações para responsabilizar indivíduos que violem os direitos das pessoas em situação de rua.

A recomendação, segundo o corregedor-geral do MPMG, está alinhada tanto às determinações do CNMP quanto às normas estabelecidas no Ato CGMP n.º 2/2023. O evento contou com a palestra O Judiciário como guardião dos direitos das pessoas em situação de rua e suas interseccionalidades, proferida pela ministra do STF Carmen Lúcia.



Homenagem ALMG

Em 8 de novembro, o assessor da Corregedoria-Geral Rodrigo Iennaco de Moraes foi agraciado com a Ordem do Mérito Legislativo, honraria concedida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais a pessoas e instituições que trabalham pelo bem comum no estado. Receberam a homenagem, ainda, os promotores de Justiça Breno Linhares, Fábio Rodrigues e Galba Cotta Miranda.

Inspeção do CNJ no TJMG

Em 13 de novembro, o corregedor-geral, Mário Drummond da Rocha, representou o MPMG na abertura dos trabalhos de inspeção ordinária do CNJ no TJMG, fazendo parte, inclusive, da mesa de honra. Trata-se de procedimento de rotina realizado anualmente nos Tribunais de Justiça e cartórios extrajudiciais de todo o país com o propósito de promover o aprimoramento da prestação jurisdicional e melhorar os serviços judiciais ofertados à sociedade.





FONTE: Diretoria de Comunicação Institucional do TJMG Publicado: 13 novembro 23





Seminário sobre lavagem de dinheiro

Em novembro, a Corregedoria também participou do 3º Seminário de Combate à Lavagem de Dinheiro (Sicla), promovido pelo CAO-ET no auditório da Unidade de Combate ao Crime e à Corrupção (UCC) para discutir o combate à lavagem de dinheiro no Brasil e no mundo e também debater questões teóricas e práticas abrangendo temas como identificação, rastreamento, administração e destinação de ativos recuperados.



Nota Abonadora e *Prêmio CNMP*

A Corregedoria-Geral conferiu nota abonadora a 11 promotores de Justiça do MPMG responsáveis por seis projetos premiados na edição 2023 do *Prêmio CNMP*. Ocorrida em Brasília, no dia 28 de novembro, a premiação contou com a presença do corregedor-geral e do corregedor-geral adjunto do MPMG.

Os projetos premiados são relacionados às áreas do meio ambiente, consumidor e criminal. Os nomes dos servidores e de demais colaboradores dos projetos foram encaminhados à Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa, para análise meritória.





C CGMP é homenageada pelo CNMP



No dia 11 de dezembro, em Brasília, o CNMP concedeu prêmios a trabalhos de unidades do Ministério Público que se destacaram na promoção da resolutividade. Entre os homenageados, a Corregedoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais foi agraciada com o *Selo da Resolutividade*, em reconhecimento ao trabalho apresentado durante a Correição Extraordinária realizada em maio de 2023, que abordou essa temática.



Além disso, o *Programa de Individualização do Estágio Probatório* do órgão correcional mineiro recebeu o *Certificado de Boa Prática Resolutiva*, devido à sua notável proatividade e aos significativos resultados de impacto social observados pela Corregedoria Nacional.

Esse Programa é um instrumento que visa à personalização e humanização da experiência dos membros em estágio, concentrando-se na orientação e na resolutividade. Ele fortalece o relacionamento da Corregedoria-Geral com os novos Promotores de Justiça, promovendo maior envolvimento social e soluções eficazes para questões envolvendo as comunidades locais.

Na ocasião, o ex-Corregedor-Geral, Paulo Roberto Moreira Cançado, e o Procurador de Justiça aposentado, Gregório Assagra de Almeida, juntamente com o Promotor de Justiça Jairo Cruz Moreira e outros integrantes do MP brasileiro, foram homenageados pela Corregedoria Nacional, em razão de suas valorosas contribuições em prol da formulação da "Carta de Brasília".

O evento contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, do Corregedor-Geral, Mário Drummond da Rocha, e do Procurador de Justiça, Marco Antonio Lopes de Almeida, que foi recentemente reeleito para o cargo de Corregedor-Geral do MPMG. Eles enfatizaram a importância das atividades correcionais para a eficácia do serviço prestado à sociedade.



A cerimônia de premiação também contou com a presença de membros da Administração Superior, além de outros membros, servidores e colaboradores do MPMG. Da Corregedoria Nacional, estiveram presentes o Corregedor Nacional, Oswaldo D'Albuquerque, e outros integrantes do CNMP.



Em artigo, assessores da CGMP e servidores da DOCG abordam a individualização do estágio probatório



Everton Henrique de Paula Oliveira, Rodrigo Iennaco de Moraes, Manoel Luiz Ferreira de Andrade e Fabíola de Sousa Cardoso assinam o artigo desta edição

Esta edição do *CGMP Notícias* traz o artigo *Programa de Individualização do Estágio Probatório dos Promotores de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais: customização das técnicas e dos instrumentos de avaliação e personalização do relacionamento correcional. Ênfase na orientação e na prevenção, de autoria dos promotores de Justiça Manoel Luiz Ferreira de Andrade e Rodrigo Iennaco de Moraes, assessores da CGMP, da servidora Fabíola de Sousa Cardoso – Analista em Letras – e do funcionário Everton Henrique de Paula Oliveira – Assistente Administrativo –, ambos lotados na Diretoria de Estágio Probatório e de Orientação (DOCG).*

O texto mostra o papel do *Programa de Individualização do Estágio* na busca pela

resolutividade, pela unidade institucional e pelo sentimento de pertencimento à instituição, por vezes abalado em razão das dificuldades encontradas no início da carreira, como mudanças contemporâneas nas relações de trabalho e diversidade característica do Estado de Minas Gerais nos aspectos econômicos, sociais e culturais, uma vez que muitos dos novos membros são oriundos de outras unidades da federação. No artigo, os autores também demonstram que o acompanhamento individualizado é a ferramenta propícia para atenuar essas dificuldades e auxiliar o promotor de Justiça recém-ingresso na instituição.

Clique aqui para ler o artigo





Pleonasmo

Formas poética e viciosa e ocorrência na linguagem jurídica

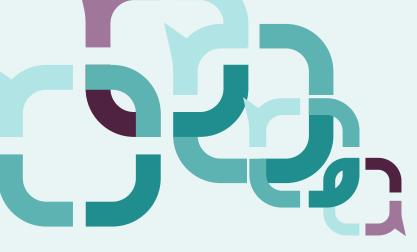
Por Cristóvão José dos Santos Júnior

Nesta edição, o analista do MPMG e doutor em Literatura e Cultura (UFBA) lotado na Diretoria de Estágio Probatório e de Orientação da CGMP, Cristóvão José dos Santos Júnior, analisa a figura de linguagem pleonasmo, suas formas poética e viciosa e sua ocorrência na linguagem jurídica.

Acesse o conteúdo clicando aqui.







Transparência

Com o propósito de assegurar a transparência em suas ações, a CGMP apresenta o seu Relatório de Gestão referente ao biênio **2022/2023**. O documento é uma síntese do trabalho realizado durante esse período, evidenciando o cumprimento integral dos deveres ordinários da Corregedoria-Geral.

Clique aqui para acessá-lo.



Responsáveis pela 13ª edição do CGMP Notícias

Corregedor-geral adjunto, Mauro Flávio Ferreira Brandão Promotores de Justiça Fernando Augusto Cipolini Ielo e Manoel Luiz Ferreira de Andrade

Colaboradores

Cássio Henrique Afonso da Silva Everton Henrique de Paula Oliveira Fabíola de Sousa Cardoso Flávia Álvares Guimarães Gisley Cerqueira Scapolatempore Bernis Juliana Caetano de Paula Marcelo Moreira Gadelha da Silva Paulo da Silva Amaral Patysie Ximenne Assuncionara Bergamaschi de Assis

Assessoria de Comunicação Integrada

